



DOI:10.12957/transversos.2019.41859

ReVista
Transversos

VISÃO HOLÍSTICA DOS MUSEUS E ARQUIVOS EM ANGOLA: uma abordagem histórica.

Santos Garcia Simão

Instituto Superior de Ciências da Comunicação de Angola (ISUCIC)

mestrearquivosflul@outlook.pt

Resumo

O presente estudo é fruto da investigação levada a cabo, no âmbito do trabalho de mestrado em 2015 e da continuidade do projecto doutoral. A abordagem foi feita de forma holística, ou seja, estudar o fenómeno na generalidade. Desenvolver um estudo nos domínios da museologia e arquivística em Angola torna-se “quase impossível”, devido à fraca bibliografia existente no país sobre o assunto. O estudo tem como tema: “*Visão holística dos museus e arquivos de Angola: uma abordagem histórica*”. A tentativa da criação de um Museu em Angola, em paralelo aos arquivos, surge na década de 1936 com a criação do Museu do Dundo e do Museu de Angola, a 8 de Setembro de 1938. Foi neste último que estavam armazenados todo fundo documental, que constituía o Arquivo Histórico Colonial.

Palavras-Chave: Visão holística dos Museus e Arquivos; Abordagem histórica dos Museus e Arquivos; Museu de Angola; Arquivo Nacional de Angola.

Abstract

The present study is the result of the research carried out, within the scope of the master's work in 2015 and the continuity of the doctoral project. The approach was holistic, that is, to study the phenomenon in general. Developing a study in the fields of museology and archives in Angola becomes "almost impossible", due to the weak bibliography in the country on the subject. The study has as its theme: "Holistic vision of the museums and archives of Angola: a historical approach". The attempt to create a Museum in Angola, in parallel with the archives, appeared in the 1930s with the creation of the Dundo Museum and the Museum of Angola, on September 8, 1938. It was in this last one that were stored all documentary, which constituted the Colonial Historical Archive.

Keywords: Holistic view of Museums and Archives; Historical approach of Museums

and Archives; Museum of Angola; National Archive of Angola.

É necessário garantir a preservação dos artefactos, objectos, dos símbolos do poder, da cultura material, do património móvel das diferentes fases de desenvolvimento, político, social e económico de Angola, desde os tempos imemoriais e do presente.

ROSA CRUZ E SILVA¹

1. Breve estudo dos museus de Angola

1.1. Origens

Torna-se difícil o conhecimento da História dos museus angolanos, pois poucos são os relatos datados e conservados a esse respeito. Porém, a maior parte da informação foi obtida através de pesquisas feitas no catálogo da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, finalmente, na Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa. Nestas bases de dados encontramos: o *boletim oficial da então Província de Angola* e artigos publicados a respeito do Museu do Dundo. É de salientar que a evolução histórica das coleções etnográficas da população angolana remonta à década 70 do século XIX, quando os governadores da antiga província do ultramar preocupados com a riqueza cultural de Angola, bem como a sua conservação, levavam objectos de valores Etnográficos, Zoológico, Antropológicos, etc., para Portugal. Porém, SANTOS (1998) afirma que,

Há notícia indirecta de que, em 1871, governando Angola o conhecido colonialista que foi José Maria da Ponte e Horta, (...) foi criado um museu cuja localização se não indica, mas que podemos colocar em Lisboa, sem perigo de incorrer em erro grave. Destinava-se a reunir artigos, produtos e objectos de interesse museográfico, provenientes dos territórios ultramarinos. Sabemos que, apesar do valor real das suas coleções e dos esforços dos funcionários, não conseguiu por falta de adequada instalação em casa própria, tornar-se tão conhecido do público como seria quando, ligado ao da Sociedade de Geografia de Lisboa, pudesse ter classificação, catalogação e disposição dos seus produtos mais em harmonia com o fim especial de tais instituições. Efectivamente foi confiado à guarda daquele organismo por diploma com data de 10 de Março de 1892. A Sociedade de Geografia de Lisboa,

¹ Ministra da Cultura em Angola de 2008-2016.

que tanto se interessou pela divulgação de conhecimentos relativos ao ultramar e se preocupou a sério com o problema do desenvolvimento daqueles territórios e a elevação social das suas populações, obrigar-se-ia a constituir, com o que já possuía e com o recheio que lhe era entregue, um bom Museu Colonial e Etnográfico (SANTOS,1998: p.297).

Passados alguns anos, a preocupação nas descobertas culturais de Angola cresce, pois em documento datado em 3 de Junho de 1897, o governador-geral Guilherme Augusto de Brito Capelo referia-se também à iniciativa da criação do *Museu Provincial de Angola*. Os objectos que o constituíam tinham estado, até aí, a cargo de um amanuense da Secretaria-Geral. A sua fundação situar-se-á no período entre 1882 e 1886. Para Santos, segundo declaração expressa no diploma legal, o Museu “tinha a finalidade de fomentar e tornar conhecidas as riquezas minerais, agrícolas, industriais e comerciais do solo angolano” (SANTOS, 1998: p. 298). O autor vai mais além ao afirmar que, a principal ideia dos portugueses era a defesa dos valores ditos “culturais” ultramarinos que estavam ameaçados.

Sustentando uma política favorável à defesa dos valores ultramarinos ameaçados, em 17 de Março de 1886 recomendava-se que fossem remetidos ao Museu Colonial, a cargo da Sociedade de Geografia de Lisboa, a que atrás fizemos menção, produtos das diferentes regiões de Angola, amostras etnográficas e objectos de valor histórico. Procurava-se assim, segundo a expressão do documento oficial, enriquecer aquele museu e ampliá-lo cada vez mais. Sugeria-se que fossem organizadas colecções de interesse e feita a sua remessa em transportes do Estado. Este pormenor visava, certamente, a diminuição das despesas².

A preocupação da redução de custos tornava-se evidente, mas isto não reduziu o interesse do envio das peças angolanas para Portugal. No ano de 1906, foi recomendado, uma vez mais, que deviam remeter-se produtos de reconhecido interesse para o Museu de História Natural e plantas da flora de Angola ao Jardim Botânico de Coimbra, a fim de servirem os estudantes de alguns cursos ministrados na Universidade.

No dia 8 de Março de 1911, o Dr. Bernardo Pires, director do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra, dirigiu um pedido a diversas pessoas e entidades no sentido de lhe serem enviadas exemplares de interesse da fauna angolana. O governador-geral, então Manuel Maria Coelho, apoiou este pedido com um entusiasmo louvável³.

² Ibid.p. 298.

³ Ibid.p. 298.

1.1.1. Colonização científica: primeiros museus em Angola

Para a compreensão da evolução histórica dos museus em Angola, teremos em consideração três fases, apontadas pelo historiador Mazambi Vuvu Fernando: A primeira situa-se nos anos de 1911 a 1925, período em que José Mendes Ribeiro de Matos, Governador-geral da colónia de Angola, procurava mudar a forma de ocupação através da *colonização científica* (FERNANDO, 2001). O autor sustenta que Norton de Matos projetou instrumentos normativos para as actividades científicas, que tiveram como consequência o surgimento das instituições científicas no domínio das ciências sociais com a grande preocupação na criação de museus para a conservação dos artefactos por eles “descobertos”, objecto de trocas, bem como elementos que mostrava os traços culturais dos povos de Angola.

Uma segunda fase é a que compreende os anos de 1925 a 1960, fase que podemos chamar de incrementação da criação dos museus como instituições Científicas em Angola. E uma terceira fase está ligada precisamente ao período pós-independência, pois foi depois dos anos 70 que surgiu uma nova vaga de estudos das sociedades angolanas por parte de antropólogos.

O objectivo fundamental da missão enviada a Angola no âmbito do programa de explorações científico anteriormente referido era, tal como sucedia com as restantes viagens, o de documentar a história natural de Angola, mediante a organização das colecções pormenorizadamente inventariadas, dos respectivos produtos, registo iconográfico de exemplares desse acervo, bem como de outros aspectos do país. Como se não bastasse, a então província de Angola, sendo a mais rica entre as demais colónias ou territórios portugueses em África, foi a pioneira na experiência de uma colonização científica. Neste sentido,

(...) o processo da colonização científica foi introduzido e consolidado com a primeira administração do governo de José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1912-1915), pois, foi nesta altura que se estabeleceu um programa de investigação para o conhecimento das populações de Angola. (...) foi considerada como período da organização da investigação concebendo e decretando leis que foram regulamentando a actividade (FERNANDO, 2001: p. 129).

É provável que daí tenha surgido o regulamento e enquadramento legal das instituições museológicas de Angola, através das leis decretadas em prol destas instituições. Um conjunto de diploma tinha sido divulgado, instrumentos normativos e legislativos da época que permitiram o surgimento das instituições científicas em Angola. Dos decretos publicados,

citamos os seguintes: o Decreto n.º 215 de 23 de Fevereiro de 1912, publicado em 24 de Fevereiro, que ordenava aos agentes do quadro administrativo, chefes de posto, administradores de circunscrições, residentes, capitães-mores, missionários, respondessem ao questionário etnográfico sobre as suas respectivas áreas, tal como podemos ver na informação abaixo,

Hei por conveniente ordenar que, no prazo de quatro mezes, respondam os administradores de conselho, capitães-móres, residentes, administradores de circumscrição e chefes indígenas, os missionários, o pessoal subordinado, e as pessoas ilustradas da região, ao questionario ethnographic que será publicado opportunamente no Boletim Official⁴.

Estava previsto que, mais tarde, fosse nomeada uma comissão encarregada de tomar conhecimento do material coligido, seleccionando-o e classificando-o convenientemente. Em 5 de Março desse ano de 1912, outra portaria provincial afirmava que todo o trabalho realizado segundo o processo que temos vindo a citar seria destinado à instituição, em Luanda, do Museu Etnográfico de Angola e Congo, onde os estudiosos, os funcionários, homens de negócio e outras pessoas interessadas pudessem tomar contacto com o tipo cultural das populações semi-civilizadas da província e da região a que estivessem ligados- que se dizia ser ainda mal conhecida, por os respectivos costumes não terem sido sistematicamente estudados (SANTOS, 1998: p. 299).

O Decreto n.º 372, de 17 de Abril de 1913, publicado em 19 de Abril, com uma disposição provisória que visava à criação de uma *Secretaria dos Negócios Indígenas*, junto da qual iria funcionar o Serviço Permanente de Reconhecimentos e Explorações científicas para o estudo das instituições, usos e costumes e vida dos indígenas, suas características etnográficas e outros⁵.

O Decreto produzido por Norton de Matos veio incentivar os trabalhos etnográficos, entre os quais a recolha de objectos da cultura material e espiritual das populações de Angola que se fazia sentir com maior incidência. O plano do Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola, na altura, serviu para racionalizar o trabalho da administração na colónia. Este período foi considerado como período da organização da investigação concebendo e decretando leis que foram regulamentando a actividade. É nessa circunstância que surgiram os museus como

⁴ Cf. ANGOLA. Leis, **Decreto-lei n.º 215**. Boletim oficial de Angola – n.º 8 (24 de Fevereiro de 1912) p. 126.

⁵ Cf. ANGOLA. Leis, **Decreto-lei n.º 372**. Boletim oficial da Província de Angola – n.º 16 (19 de Abril de 1913) p. 304.

instituições “científicas” em Angola com o Decreto n.º 266 de 5 de Março de 1912 promulgado por Norton de Matos, Governador-geral de Angola, no qual decidiu criar o Museu Etnográfico de Angola e Congo (VALONGO, 2011).

Contudo, nos anos de 1926 é que são fundados quase concomitantemente dois grandes Museus: O do Dundo na actual província da Lunda-Norte, em 1936 e o Museu de Angola, em Luanda a 8 de Setembro de 1938. A situação histórica da origem e evolução dos museus em Angola encontra-se refletida em três momentos principais: Os primeiros museus, de 1930 a 1975, de 1975 aos anos 90 do século XX, dos anos 90 à actualidade.

Do ponto de vista político e ideológico, podemos dizer que a criação deste primeiro Museu em Angola permitiu ao estudioso, ao recém-chegado à colónia, aos homens de negócios e funcionários coloniais conhecer melhor a população angolana, cujos traços culturais eram mal conhecidos.

FERNANDO (2001) salienta que este foi o fundamento dos instrumentos jurídicos e que marcou a actividade científica no domínio de antropologia e, conseqüentemente, do movimento museológico nascente em Angola. Para além do Museu Etnográfico de Angola e Congo, criado em 1912, particular, surgiram outros, nomeadamente: o Museu do Dundo em 1936, criado pela antiga companhia de diamantes colonial, a Diamang. O referido Museu, situado na província da Lunda Norte, constitui uma referência que ultrapassa as fronteiras de Angola. De âmbito regional, o seu acervo retrata os hábitos e costumes dos Lundas-Tchokwe, um grupo que habita nas actuais províncias da Lunda Norte e Sul.

O Museu do Dundo⁶, apesar de ser uma instituição erguida por uma empresa mineira de capital de investimentos estrangeiros, a Diamang surge em pleno período de incremento da política de colonização científica e de criação das instituições científicas em Angola. Esses princípios de ocupação científica do ultramar para a colonização de Angola fundamentaram a ideologia da época que, de forma directa ou indirecta, caracterizaram o sistema socioeconómico das empresas capitalistas em Angola, circunscritas no quadro das reformas económicas e do plano de desenvolvimento da colónia durante o mandato do Alto-Comissário José Mendes Ribeiro Norton de Matos (FERNANDO, 2010).

⁶ Em 1942 adopta a designação de Museu Etnológico, sob a direcção de José Redinha. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/Diamang.aspx> (Consult. em 07 de Janeiro de 2019).

Concomitantemente a isso, BASTIN (1961) salienta que, o referido museu foi construído bem longe dos centros populacionais e dos estudiosos anônimos que procuravam descobrir a essência da organização sócia, material e cultural dos povos angolanos, muito concretamente dos da região nordeste. Para ele,

DIAMANG organizava então o maior Museu etnográfico de Angola, em 1936 com José Redinha como o seu primeiro conservador. Esta instituição torna-se famosa no mundo pela sua extraordinária estrutura, compreendendo também um jardim Zoológico, um jardim Botânico, um laboratório de ciências biológicas, ao lado das belíssimas coleções de toda região Leste. A elevada capacidade financeira da companhia permitia o desenvolvimento das investigações constantemente sustentadas por expedições e até mesmo pesquisas arqueológicas. Foi a primeira instituição do gênero criada em Angola, e tem a sua gênese numa pequena coleção de peças recolhidas por José Redinha, ainda funcionário da administração civil colocado no posto do Chitato (BASTIN,1961: p. 26).

Relativamente as suas coleções, o autor sustenta que em 1938, a coleção contava já com 3.707 peças. O número foi crescendo, até que em 1942, as 5.230 peças já não cabiam nas instalações adaptadas ao museu, por decisão da Administração, iniciou-se a construção de um edifício próprio, formalmente inaugurado em 1948 (Ibid. 1961: p.27).

Passados dois anos, a situação dos museus em Angola muda completamente, com a criação do Museu de Angola, criado em 1938 e instalado na Fortaleza de São Miguel de Luanda, contando inicialmente, com secções de Etnografia, História, Zoologia, Botânica, Geologia, Economia e Arte. Anexo ao Museu foi criado uma Biblioteca e o Arquivo Histórico Colonial. Mudado em 1956 para o edifício que ocupa actualmente, construído de raiz para albergar o Museu, apresenta hoje um amplo acervo de espécies representativas da rica e variada fauna angolana. O edifício tem três andares e alberga amplos salões onde estão exemplares empalhados de mamíferos, peixes, cetáceos, insectos, répteis e aves. Os espaços estão decorados e ambientados de forma a tentar reproduzir o habitat natural das espécies. O espólio do Museu inclui, também, vastas e ricas coleções de moluscos, de borboletas e de conchas, muitas do tempo em que eram usadas como moeda na costa ocidental africana. Este Museu

estava sob a tutela do governo português, cujo objectivo principal era salvaguardar não só as descobertas feitas, mas também o património e a herança cultural de Angola (VALONGO, 2011).

ABRANCHES (1983) vai mais além, ao salientar que em 1956, o museu passou para um edifício construído de raiz, a fim de albergar as peças museológicas, bem como, o fundo documental existente. Apresenta hoje um amplo acervo de espécies representativas da rica e variada fauna angolana este facto permitiu logo após a independência, que o Museu de Angola passasse a ser designado Museu Nacional de História Natural. A criação e evolução holística do referido museu têm a ver com questões históricas, económicas e científicas.

A instituição dedicava-se fundamentalmente aos trabalhos de exposições permanentes e temporárias e à conservação simultânea de colecções de grande valor cultural, histórico e científico. A partir desta altura, o Museu teve a responsabilidade de recolher, investigar, classificar, conservar e inventariar o património histórico-cultural e colocá-lo à disposição do público no campo da educação museológica (ABRANCHES, 1983: p.11).

Este facto está presente ainda hoje, no quadro dos objectivos dos museus em Angola, bem como na elaboração dos organigramas. “Apesar dos esforços evidenciados (...) em muitos casos, as sequelas manifestam-se ainda nas políticas museais que são elaboradas. Nos museus de antropologia, a disciplina dominante, o espírito do decreto acima referido, vai determinar a filosofia que conduziu a criação das instituições museais em Angola” (VALONGO, 2011: p. 29). Em 1957, surgiram os museus *etnográficos e de arte indígena do Congo português* e do *Museu da nova Lisboa*. Portanto, para o historiador Fernando, os museus existentes em Angola desde 1976 surgiram para resgatar os valores culturais que antes da independência foram ignorados pela potência colonial portuguesa.

Isto fez com que, para se alterar a situação da política cultural da altura, logo após a independência de Angola, se reafirmasse a identidade cultural aproveitando as estruturas existentes, como os núcleos museológicos e museus que beneficiavam os colonos.

O Museu das Forças Armadas, por exemplo, implantado em 1975 após a independência de Angola, inclui no seu o acervo aviões bimotores, carros de combate, armas diversas e artefactos utilizados durante a Guerra da Independência (1961-1974) e a Guerra Civil

(1975-2002) que se seguiu. Em Abril de 2013, foi reinaugurado, após um encerramento por longo período, devido as condições precárias e com muitos dos seus elementos museológicos degradados, e alterando-se a sua designação passa para Museu Nacional de História Militar de Angola, agora instalado na antiga Fortaleza de São Miguel de Luanda⁷.

O Museu Nacional de Antropologia em Luanda é, talvez, o mais importante Museu de âmbito nacional existente no país, tendo sido criado em 13 de Novembro de 1976, um ano depois da proclamação da independência. O seu acervo é um dos maiores de todos os museus angolanos, composto por uma série de objectos etnográficos de todos os grupos étnico-linguísticos de Angola e peças originárias de alguns países africanos.

Para Américo Kuonunoka, o Museu foi criado por força do Decreto n.º 80/76 do então Conselho da Revolução, o Museu de Antropologia comporta objectos etnográficos com uma abrangência nacional, ou seja, de todos os grupos etno-linguísticos de Angola: Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Lunda Tchokwé, Nganguela, Nyaneke- Humbi, Helelo, Ociwambo e Khoisan⁸. No dia 07 de Dezembro de 1977, o Instituto Nacional do Património Cultural, com o objectivo de dar a conhecer a história da escravatura em Angola, criou o Museu Nacional da Escravatura com a sede na Capela da Casa Grande templo do século XVII onde os escravos eram baptizados antes de embarcarem nos navios negreiros que os levavam para o continente americano⁹.

Paralelamente a resenha acima exposta (LIMA, 1979: p. 31; CARVALHO, 1981 citado por ARJONA (1982) apresentam a seguinte distribuição da rede museológica nacional ocorrida no período de 1976 à 1986:

- a) Museu Nacional de Antropologia fundado em 1976 e instalado num antigo edifício administrativo da Companhia de Diamantes de Angola, datado do século XVIII, cuja coleção comporta maioritariamente o acervo etnográfico.
- b) Museu Nacional de História Natural criado em 1938 sob o nome de “museu de Angola” e rebatizado com o nome actual depois da independência (1976);

⁷ MACHADO, MIGUEL. (2013, 2 de Julho). *Museu Nacional de História Militar: Angola*. Disponível em: <http://www.operacional.pt/museu-nacional-de-historia-militar-angola/> (Consult. em 3 de Fevereiro de 2019).

⁸ Cf. AGÊNCIA ANGOLA PRESS (Angop). (2007, 17 de Maio). *Cultura material e espiritual angolana merece divulgação contínua*. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2007/10/48/Cultura-material-espiritual-angolana-merece-divulgacao-continua,c7385816-da54-46a4-957e-fb5725df2ab7.html (Consult. em 3 de Fevereiro de 2019).

⁹ Cf. REVISTA MUSEU. (2001). *Angola: Dois momentos registram o Sonho da Libertação*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/naestrada/naestrada.asp?id=1538>, (Consult. em 3 de Fevereiro de 2019).

-
- c) Depósito Central de Etnografia e das Artes Plásticas: criado em 1976, cuja colecção está composta de objectos museológicos e os distribui aos Museus Nacionais e Regionais. O edifício foi construído em 1887 pela antiga Companhia de Açúcar de Angola. Ele abriga o actual Instituto Nacional do Património Cultural, a sua colecção é de Etnografia e Artes Plásticas;
 - d) Museu da Escravatura: Também instalado num edifício do século XVIII, construído por Álvaro Carvalho Matoso, descendente de uma família que praticava a escravatura ao longo da Costa Atlântica de Angola este museu foi inaugurado em 1977 com a colecção História;
 - e) Museu Central das Forças Armadas: Instalado na antiga fortaleza de S. Miguel construído entre os séculos XVII e XVIII. Foi inaugurado a 31 de Julho de 1978. A sua colecção está relacionada com a Arte Militar e a História da ocupação e resistência. Essas primeiras cinco unidades museológicas localizam-se todas na província de Luanda Capital de Angola.

Na província de Benguela foram inaugurados dois Museus e no Uíge foram reabertos alguns museus de elevado valor histórico-cultural, (CARVALHO, 1981 citado por ARJONA, 1982):

- a) O Museu Nacional de Arqueologia instalado num edifício do século XVII, cuja História está ligada à escravatura praticada nessa região. Foi criado em Dezembro de 1978 tendo como colecção acervos arqueológicos;
- b) O Museu Etnográfico do Lobito, instalado num antigo edifício do Banco de Angola, foi inaugurado em 1978 as suas colecções são essencialmente etnográficas;
- c) Na província do Uíge foram reabertos os Museus Regionais do Reino do Congo criado em 1978 as suas colecções são essencialmente etnográficas e o Museu Regional do Uíge que era o Museu Etnográfico da Arte indígena do Congo criado em Carmona em Abril de 1982.

No Huambo foram igualmente reconstruídos e reabertos dois Museus (ARJONA, 1982: pp.48):

- a) O Museu Regional do Huambo, (antigo Museu de Nova Lisboa criado em 1958) e mudado com esse nome em 1985. Está instalado numa antiga Biblioteca Municipal. A sua colecção é etnográfica;

b) O Museu Regional do Planalto criado na época colonial e logo abandonado em 1974. Foi reabilitado em 1979 e reinaugurado em 1985. Coleção: Etnografia, Arqueologia, Geologia, História natural e Arte Contemporânea;

Finalmente em 1986 foi criado e inaugurado o Museu Provincial de Cabinda que está instalado num antigo edifício do século XVIII, construído pelos Holandeses. Para além destes Museus, foram criados outros tais como: Museu de Arquitetura, Museu da Forças Aéreas Nacional, Museu de Geologia, Paleontologia e Mineralogia.

Com a finalidade de trazer a “claro” a história de Angola desde os seus primórdios até á actualidade, perceber o modo como as pessoas, seja qual for a sua organização política, faziam as suas transações de bens e serviços, o Governo Angolano criou através do Decreto Presidencial o *Museu da Moeda*¹⁰, cuja inauguração foi no dia 6 de Maio de 2016. A finalidade da criação deste Museu, era o de colecionar no mesmo lugar a verdadeira história económico-social do país, contada através do processo evolutivo da moeda e/ou de outra forma/meio de troca. Numa entrevista concedida ao Jornal de Angola, datada em 6 de Maio de 2016, o historiador Ziva Domingos ao ser questionado sobre a importância da criação do referido Museu, respondeu o seguinte,

Um ganho para todos, na actual fase do desenvolvimento do país e da sua História. (...) Uma mais-valia no que se refere à valorização do património cultural, mas também, como lugar de visita onde é possível conhecer um pouco da nossa História. (...) Corresponde, em parte, à dinâmica actual do país, virada, especialmente, para a formação dos jovens. Um museu tem exatamente essa função: formar, mostrar às pessoas do que é feita a História do país ao longo destes anos. (...) É uma amostra da evolução da moeda angolana, antes e depois da Independência, assim como alguns símbolos utilizados antes da chegada dos colonos nas trocas comerciais¹¹.

¹⁰ Colecciona um acervo de 728 moedas e medalhas, 135 papéis-moedas, 13 pré-monetários, 31 equipamentos, 49 documentos e seis bibliografias.

¹¹ Entrevista concedida ao Jornal de Angola no dia 6 de Maio de 2016. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/abre_portas_o_museu_da_moeda (Consult. em 18 de Março de 2019).

Segundo fontes, o projecto foi levado á aprovação em Conselho de Ministros, em Abril de 2011. A verdade é que somente se efectivou o processo da sua construção arrancou em Janeiro de 2013.

Contudo, para entendermos verdadeira razão da criação recente do Museu da Moeda, importa fundamentalmente fazer-se uma apreciação de como evoluiu a moeda em Angola até chegarmos ao Kwanza, moeda que vigora em Angola na atualidade. Assim, as primeiras peças que serviam de trocas comerciais eram os *colares* feitos com conchas de caracóis, perfuradas no topo e atravessadas em fios de fibras têxteis. O *Zimbo* (njimbu) era um pequeno búzio cinzento, instrumento de troca mais importante e que caracterizava na época a moeda local em toda costa Ocidental africana. Possuía o tamanho de café e localizavam-se em grande parte na Ilha de Luanda.

Nos primórdios do século XVII, em 1616, o Zimbo perde o seu valor dando lugar aos *Panos*¹² e o *Sal*¹³, *Cobre* que também serviam de moedas para a troca e tinham mais valor. Posterior a estes surgiu o Marfim que era utilizada sobretudo nas regiões de Benguela, a sua utilidade era mais visível no pagamento de impostos. Em consequência da queda das moedas ora mencionadas, surge em meados do século XVI uma espécie de moeda, que viria ser preciosa pelos europeus portugueses, devido a sua rara aparição.

O “Cauris” era concha branca de rara beleza. A sua generalização em Angola e no Congo teve lugar a partir do século XVI e foi consequência das relações comerciais dos mercadores portugueses que, por via marítima, o importavam do Oriente¹⁴.

No mesmo século surgem para as trocas comerciais as *Contas e Missangas*, eram os objectos de grande valor para as senhoras, pois, utilizavam-nas como acessórios. Mais tarde surgem as *Fazendas, Macutas*. Porém,

De 1910 a 1962 lança o Estado colonial português no mercado a emissão “Vasco da Gama”, o “Escudo”, as cédulas do Banco Nacional

¹² Os panos saíam do Congo e Luango. Os panos provenientes do Congo eram considerados de *panos limpos* e os provenientes do Luango recebiam o nome de *libongos*, estes que por sua vez subdividiam-se em: “Bongos”, “Sangos”, “Infulas” e “Cundis”.

¹³ Extraído nas salinas e minas de sal. As principais segundo relatos históricos eram as do Ndemba (Quiçama) e de Benguela.

¹⁴ Conteúdo disponível em: <http://tpa.sapo.ao/noticias/economia/a-historia-da-moeda-angolana-a-vista-no-museu> (Consult. em 18 de Março de 2019).

Ultramarino, as “Ritas” e os “Chamiços”, os “Angolares” e por último, em 1953, o “Escudo”, como unidade monetária¹⁵.

Foi assim que surge o Kwanza como principal moeda para as trocas comerciais entre a população angolana, em substituição ao Escudo português, instituído a luz da Lei nº 71-A/76 de 11 de Novembro (Lei da Moeda Nacional). Um facto importante a ressaltar é que, o Banco Nacional de Angola (BNA) emitiu as primeiras cédulas em 1976.

Entretanto, toda a História de Angola está representada no Museu da Moeda, que hoje constitui uma marca da história moderna dos Museus em Angola. Pois, transporta uma estrutura única e cheia de tecnologia, onde o factor acessibilidade foi tido em consideração.

A história evolutiva dos museus em Angola, muda completamente em 2011 com a aprovação do *Estatuto Geral dos Museus de Angola*, pelo Decreto Presidencial n.º 42/11 de 7 de Março, publicado no *Diário da República I Série* n.º 44, de 7 de Março de 2011.

O estatuto viria a ser o pulmão para o progresso técnico-científico das instituições museológicas do país. Ademais, o estatuto viria uniformizar as principais ideias sobre o funcionamento dos museus, sobretudo no que toca as questões relativas a utilização, acesso e salvaguarda do património histórico-cultural.

Agregado a isto, passando alguns anos, vários Museus ganharam a sua autonomia e passaram a criar ações educativas com a finalidade única de trazer o público ao Museu, isto é, traduzir esta acção em *Museu de proximidade ao cidadão*. Os Museus em Angola, passaram a ter a atenção mais virada para o cidadão e, sobretudo, no fomento ao turismo.

1.2. Para uma evolução histórica dos Arquivos em Angola

Não podemos falar dos arquivos em Angola de maneira desassociada a sua evolução pelo mundo, já que existe muita dificuldade para desenvolver-se este estudo. Para reforçar a esta ideia, ROUSSEAU E COUTURE (1998), apresentam algumas dificuldades para se aperceber a evolução dos Arquivos e da Arquivística. A primeira dificuldade situa-se no plano do vocabulário. A segunda refere-se aos termos «arquivo», «arquivistas» e «arquivística» fazem referência a conceitos modernos do domínio arquivístico. Estudar a trajetória dos arquivos não

¹⁵ Conteúdo disponível em:

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/abre_portas_o_museu_da_moeda (Consult. em 18 de Março de 2019).

tem sido uma tarefa fácil, pois, exige muita reflexão para compreender como foi este percurso. Por isso,

Compreender a trajetória dos arquivos não é uma tarefa fácil, exige a superação de algumas dificuldades, como encontrar fontes que façam essa síntese e superar a dispersão historiográfica que acarreta na produção de resultados bibliográficos desiguais e fragmentados (CALDERON, 2013: p.29).

Para (SATURINO & SANTOS, 2010 citado por CALDERON, 2013: p.30), “os arquivos surgem na pré-história, quando as pessoas registavam nas paredes das cavernas e grutas informações a respeito de seu cotidiano”. Autores como (SILVA *et al*, 2002) afirmam que os arquivos surgem com o advento da escrita e aparecem na civilização do Oriente Médio, há 6 mil anos. ROUSSEAU E COUTURE (1998) esboçam as suas ideias ao sustentarem que é ao aparecimento da escrita que remota o nascimento dos arquivos e da arquivista, bem como as novas ocupações, entre as quais a de arquivista. Assim, desde que o homem utiliza a escrita para registrar a informação que é possível seguir a evolução do suporte no qual foi inscrita essa mesma informação, o tipo de informação retida os métodos de trabalho utilizados para trata-la, bem como a evolução das funções das pessoas afetas à gestão dessas informações.

Mesmo com esta disparidade, não houve estagnação por parte dos pesquisadores da área, trazendo novos critérios para um estudo minucioso. Quanto a isto (BAUTIEL 1968, citado por CALDERON, 2013: p.31) Baseia-se nos períodos tradicionais da História para caracterizar a evolução dos Arquivos: *Idade Antiga*, *Idade Media*, *Idade Moderna* e *Idade Contemporânea*. Onde: idade Antiga (arquivos dos Palácios); Idade media (tesouros documentais), Idade Moderna (arquivos como arsenal das autoridades) e Idade contemporânea (arquivo como laboratório da História). Outro autor salienta que, é possível afirmar que os arquivos são resultados das actividades humanas, pela qual sua história é influenciada pelo desenvolvimento social e, portanto, não deve ser contada à parte da história em geral.

Verificamos que não existe unanimidade quanto aos critérios para a delimitação dos períodos pela qual evoluíram os arquivos, mas isso não compromete a compreensão da sua história. Constatamos que cada critério utilizado foi fortemente influenciado pelo contexto histórico e político em que cada autor escreveu ou pesquisou. Contribuindo de tal modo, na compreensão da evolução dos arquivos, visto que, cada autor procurou estudar, compreender e explicar, as diferentes épocas do seu desenvolvimento. Se por um lado os autores divergem quanto a origem dos arquivos e dos períodos de evolução, por outro lado a maioria dos autores

são unânimes ao afirmarem que os arquivos teriam surgido com o aparecimento da escrita. Para compreendermos melhor este cenário, veja-se, por exemplo, que as primeiras representações das actividades humanas foram feitas em formas de desenhos nas cavernas e grutas, o que torna a arquivística numa ciência tão antiga como o próprio homem, visto que, tudo que é fruto do trabalho humano é informação.

Sendo assim, defendemos que os arquivos surgem na pré-história. Relativamente a isso, (SATURINO & SANTOS, 2010 citado por CALDERON, 2013:p.30) sustentam que, “é importante lembrar que o arquivo não é apenas um papel com informações escritas, mas tudo que representa a história de um povo (...)”. Portanto, gravuras, desenhos, pinturas encontradas em cavernas, vestígios que foram deixados por nossos antepassados também podem ser consideradas instituições arquivísticas, ou seja, defendemos a teoria em que os arquivos se iniciaram na pré-história.

Certamente que a história dos arquivos e do seu fundo documental pelo mundo atravessou diversas fases, o que torna ainda mais difícil afirmar claramente quando é que elas realmente se afirmaram nas principais sociedades. Tal como é sustentado por CRUZ MUNDET (2001), que se encontra um grave problema para se fixar uma cronologia entre a Arquivística e o seu objecto.

(...) Pues si los archivos, como los documentos, tienen una existencia clara y de larga duración, la ciencia que los estudia (...) es de factura relativamente reciente y con un perfil peor definido en el tiempo. (...) podemos atribuir a los primeros unos inicios que nos retrotraem hasta los orígenes de la escritura, mediado el cuarto milenio; para situar a la Archivística, debemos acercarnos mucho más, hasta bien entrado el siglo XIX (CRUZ MUNDET, 2001: pp. 19-20).

Segundo o autor acima focado, a periodização dos Arquivos abarca dois grandes momentos: o período *Pré-Arquivístico* e o período de *desenvolvimento arquivístico*. O Pré-Arquivístico, o tratamento dos fundos documentais eram caracterizados pela identificação e pela observância dos princípios de outras disciplinas. Quanto ao segundo período, concentra-se a evolução e crescimento dos arquivos.

Entretanto, os arquivos não tinham a mesma dimensão que atingiram nos últimos séculos, pois, nesta época serviam apenas para as figuras de destaque na sociedade. Por isso, ao

analisarmos os vários autores apresentados nas linhas anteriores, percebe-se claramente que cada época da história dos arquivos foi caracterizada por uma política que dominava as sociedades naquele tempo. Falar dos Arquivos em Angola torna-se numa tarefa muito desafiadora, pois, durante muito tempo não havia nenhum diploma sobre os Arquivos. Após de muitos anos, somente em 2017 foi aprovada pela Assembleia Nacional de Angola o *Decreto-lei n.º 14/17 de 7 de Agosto sobre a Lei Geral dos Arquivos*.

Ao longo destes 42 anos de existência nunca houve nenhuma legislação oficial para os Arquivos, não obstante aos esforços dos dirigentes do Arquivo Nacional de Angola e do Ministério da Cultura, que logo após a independência, é criado um Decreto (1976). Este diploma não era suficiente para responder as necessidades das instituições¹⁶.

Desta maneira, é necessário salientar que para o território Angolano a necessidade de ter um Arquivo remoto da era colonial, pois, era a preocupação do Governo Colonial de Criar um Arquivo em todas as Colónias para facilitar o controlo das actividades realizadas nas Províncias do Ultramar¹⁷. A partir da década de 30 do século XX os governadores do ultramar começaram a pensar em criar Arquivos nestas Províncias para evitar o transporte e o risco de se perder. Pois, naquela época a maioria das mercadorias e outros bens eram levados pela Europa através das vias marítimas. Foi assim que entre os anos 1938-1939 são criados em simultâneo o *Biblioteca Nacional*, o *Museu de Angola* e o *Arquivo Histórico Colonial* que funcionavam no Largo do Palácio.

Depois da independência de Angola, os Arquivos vão tomar outro rumo. Nasce o interesse em organizar toda a documentação existente, apesar de utilizar a documentação todos os dias, o Arquivo não desenvolveu porque permaneceu praticamente como um órgão de consulta, onde não foi criado um sistema para facilitar aos que procuravam os serviços daquela instituição. É neste contexto que, afirmamos que falar da situação dos Arquivos em Angola é um desafio, porque sabemos que depois da independência o país mergulhou numa guerra civil que desestruturou completamente as ideias que já se tinham criado. Para a Directora do referido Arquivo, durante muito tempo, estava a ser estudada a possibilidade de se alargar o conceito e abrangência do Arquivo Histórico Colonial. Porém, várias foram as nomenclaturas enfrentadas: *Arquivo Histórico Colonial*, *Arquivo Histórico Nacional*, *Arquivo Histórico de Angola*, até que

¹⁶ Entrevista com Alexandra Aparício, Directora do Arquivo Nacional de Angola (ANA), realizada no dia 13.06.2017. pelas 11h 14m.

¹⁷ Nesta época toda a documentação era levada para Portugal.

em 2009 depois de aprovada o Estatuto Orgânico dos Arquivos, passou a chamar-se de Arquivo Nacional de Angola (ANA).

De forma geral a situação dos Arquivos em Angola, pode-se considerar preocupante, pois, no universo das 18 Províncias, apenas duas possuem um Arquivo Provincial, o que mostra claramente o déficit que o país apresenta naquilo que pode ser considerado o estado actual dos Arquivos em Angola. O conflito armado que se instaurou no país desde a independência provocou o recuo da criação dos Arquivos Históricos Provinciais, uma vez que a mesma devastou grande parte do acervo documental da época colonial e dos anos a seguir à independência.

Porém, existe em carteira a criação do *Sistema Nacional dos Arquivos*, assim como, a Lei conexas ao sistema. Acredita-se que dentro de pouco tempo o país vai ter um leque de Arquivistas que terão o papel de incentivar as Instituições a manterem e organizarem os seus arquivos, porque nas sociedades actuais qualquer empresa não importa a sua dimensão, produz informação, esta deve estar bem organizada, para que no momento de haver uma necessidade de consultá-lo haja eficiência e eficácia na sua recuperação.

Conclusões

Estudar a história evolutiva dos museus e arquivo de Angola de forma holística torna-se um desafio enorme, uma vez que as poucas fontes que rezam a sua história estão localizadas no exterior do país. A história dos museus em Angola está intrinsecamente ligada aos arquivos, uma vez que, aquelas, foram as primeiras construídas com a finalidade de conservar as peças museológicas que os europeus (portuguesas) recolhiam no interior da então província ultramarina. Se por um lado, principal ideia dos portugueses era o de conhecer melhor os hábitos e costumes dos “povos” colonizados, para melhor dominá-los, do outro lado, havia a necessidade de registar e conservar toda informação das actividades desenvolvidas na então Secretaria Geral do Ultramar. Esta documentação que viria a se tornar uma valiosíssima fonte histórica foi acumulada durante muitos anos, no Museu de Angola (1938-1939). Portanto, no presente artigo, balizamos a história dos museus em três fases principais: Os primeiros museus, de 1930 a 1975, de 1975 aos anos 90 do século XX e dos anos 90 à actualidade. Os Arquivos

em Angola estão enquadrados na primeira fase (1930-1975). Conclui-se com as seguintes questões: Como construir o conhecimento, ciência sem o recurso a estes dois sistemas de informação histórica? Como valorizar estes sistemas? O que está na base da fraca divulgação das suas peças e acervo?

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Henrique. **Museus e Identidade Cultural**. Luanda: Ed: Inald, 1983.

ARJONA, Marta. **Museu como Centro de promoção e Difusão Cultural**. In *Colóquio Internacional sobre a Museologia e Património Cultural*, Colômbia: Editor Bogotá, 1982.

BASTIN, Marie Luise. **Museu do Dundo, Arte decorativa Cokwe**, Celta Editora, 1961.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. Madrid. Fundación Germán Sánchez Ruipérez. 2001.

FERNANDO, Manzambi V. **Diamang, Museu e o conhecimento do “outro”**: A pesquisa em duas épocas distintas no Museu do Dundo. Luanda: Fundação Escom, 2010. p. [1].

FERNANDO, Mazambi V. **Estudo das colecções etnográficas dos museus de Angola numa perspetiva Histórica e Antropológica**. Resumo de dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, Portugal, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Yves, CAROL, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Nova enciclopédia, 1998.

SANTOS, Martins dos. **Cultura, Educação e Ensino em Angola**. (Edição Digital), 1998. Disponível em: <http://reocities.com/Athens/troy/4285/ensino.html> (Consult. em 16 de Junho de 2014).

SILVA, Armando Malheiro da, Ribeiro, F., *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. (Vol. 1, Série Plural 2). Porto: Edições Afrontamento, 2002.

VALONGO, P. **Percurso dos museus de Angola, as perspectivas e sua contribuição no desenvolvimento do país.** *VI encontro de museus de países e comunidades da língua portuguesa*, 2011, p.p. [2-3]. Disponível em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCYQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.icom-portugal.org%2Fcp%2Fdocumentos%2Fresumos_CPLP.pdf&ei=ZrDeU4zqEoqX1AX5rYGQBA&usq=AFQjCNEH0N6kKZ6YexC2-yIPI0RxfYD-Q&bvm=bv.72197243,d.d2k (Consult. em 6 de Fevereiro de 2019).

LEGISLAÇÃO

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto-Lei n.º 215**. Boletim oficial de Angola – n.º 8 (24 de Fevereiro de 1912). Governo do Ultramar: Questionário etnográfico. 126 (1912.02.23).

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto-Lei n.º 266**. Museu Etnográfico de Angola e Congo. (1912.03. 05).

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto-Lei n.º 372**. Boletim oficial da Província de Angola – n.º 16 (19 de Abril de 1913) 304 (1913.04.17). Disposição provisória que visava a criação de uma Secretaria dos Negócios Indígenas.

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto-Lei n.º 397**. Boletim geral do ultramar (Julho de 1958) 144-146 (Ano 34º). Museu Regional da Huíla.

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto Presidencial n.º 44**. Diário da República. I Série n.º 44. (2011.03.07). Aprovado o Estatuto Geral dos Museus de Angola.

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto Presidencial n.º 42**. Diário da República. Iª série n.º 44. (2011.03.07). Estatuto geral dos museus.

ANGOLA. Leis, decretos- o **Decreto Executivo n.º 5**. Diário da República. Iª série n.º 5. (2014.01.08). Estatuto orgânico do Museu Regional da Huíla. Disponível em: http://www.scm.gov.ao/diploma_texto.php?diplomaID=118833 (Consult. em 22 de Abril de 2014).

FONTE ORAL

Alexandra Aparício- Directora Geral do Arquivo Nacional de Angola.

SÍTIOS CONSULTADOS

<http://blogdangola.blogspot.com/2007/07/histria-da-moeda-do-zimbo-ao-kwanza.html>
(Consult. em 18 de Março de 2019).

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/abre_portas_o_museu_da_moeda (Consult. em 18 de Março de 2019).

<http://tpa.sapo.ao/noticias/economia/a-historia-da-moeda-angolana-a-vista-no-museu>
(Consult. em 18 de Março de 2019).

Santos Garcia Simão: Mestre em Ciências da Documentação e Informação (variante Arquivística) e Doutorando em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor Auxiliar no Instituto Superior de Ciências da Comunicação. Director Geral Adjunto P/Área Académica e Vida Estudantil do ISUCIC-Angola.

Como citar este artigo:

Simão, Santos Garcia; Visão holística dos museus e arquivos em Angola: uma abordagem histórica. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp.316-355
Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528.
DOI:10.12957/transversos.2019.41859.